

O QUE É SEGURANÇA?

Marcos Rosas Degaut Pontes*

Resumo

O estudo de questões relacionadas à segurança internacional se encontra no coração das Relações Internacionais. Porém, o que é segurança? Segurança para quem? Visto que o termo tem apresentado diferentes significados para diferentes pessoas, em lugares e momentos distintos ao longo do curso da história humana, existem diversas formas de se pensar sobre esse conceito. O que Realismo, Liberalismo e Construtivismo, normalmente consideradas as principais correntes teóricas no moderno campo das Relações Internacionais, têm a dizer sobre segurança? Embora essas perspectivas teóricas possam apresentar sobreposições e aspectos em comum, elas divergem em questões fundamentais acerca da natureza da segurança internacional. Nesse contexto, analisar o que essas perspectivas têm a oferecer acerca do conceito de segurança tem o potencial de esclarecer a relevância e efetiva contribuição de cada uma à área de estudos de segurança, podendo servir adicionalmente como uma muito necessária fonte de inspiração para promover o desenvolvimento de pesquisas empíricas e de formulação de teorias nesse campo.

Introdução

Não há dúvidas de que segurança é um dos conceitos mais importantes na área de Relações Internacionais, já que se refere à segurança dos estados, de seus cidadãos e à sua própria sobrevivência. No entanto, definir segurança não é tarefa fácil, uma vez que o termo já possuiu muitos significados diferentes para diferentes pessoas em locais e tempos diferentes ao longo da história. A consequência óbvia é que há muitas ma-

neiras de se pensar sobre segurança. Há um debate inesgotável sobre sua natureza e dimensão, pois não há um consenso geral sobre seu significado. Segurança é um objetivo a ser perseguido, haja o que houver? É uma condição ou uma percepção? Ou é a consequência de medidas para a proteção de pessoas, valores, ideias, território, recursos e outros? É um fim ou é um meio? O que é segurança? Como podemos avaliar segurança?

* Marcos Degaut, é Doutorando em Security Studies pela University of Central Florida, em Orlando/EUA, Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e especialista em Inteligência pela Agência Brasileira de Inteligência. Serviu como Secretário-Executivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e como Assessor Internacional no Superior Tribunal de Justiça. É professor universitário e foi pesquisador no United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR).

Há graus de segurança? Trata-se de um conceito objetivo ou subjetivo? Como e por que as ameaças à segurança surgem? Ela está relacionada apenas a estados ou também a indivíduos? Segurança é sinônimo de sobrevivência?

[...] Cientistas Políticos e acadêmicos das Relações Internacionais vêm tentando redefinir segurança, principalmente após o fim da Guerra Fria.

Para apresentarmos uma definição de uma determinada ideia – no caso, segurança – é preciso antes entender sua natureza e os principais aspectos do conceito que ela supostamente expressa. Nesse sentido, para acharmos possíveis respostas a algumas das questões propostas acima, e também para podermos formular novas questões, Cientistas Políticos e acadêmicos das Relações Internacionais vêm tentando redefinir segurança, principalmente após o fim da Guerra Fria. Essa argumentação se apoia no grande número de definições de segurança que surgiu desde então.

Contudo, infelizmente, parece que a maior parte desses esforços prioriza a análise de questões importantes na agenda contemporânea internacional e a forma como esses assuntos poderiam estar relacionados à política internacional das grandes nações em detrimento do conceito de segurança propriamente dito. Baldwin (1997) sustenta que, muitas vezes, além da preocupação

tradicional com a segurança devido a ameaças militares externas, a maioria dos estudiosos parece estar mais interessada em redefinir as agendas políticas dos estados-nações, de forma a incluir e dar prioridade a tópicos como pobreza, comércio, economia, direitos humanos, crimes transnacionais e meio ambiente. Nessa linha de pensamento, Baldwin afirma que pouca atenção é dedicada a tais questões conceituais. Por exemplo, Jessica Tuchman Matthews (2011, p. 64), na introdução de seu artigo “Redefinindo Segurança”, diz que:

Os anos 1990 vão exigir uma redefinição do que vem a ser segurança nacional. Nos anos 1970, o conceito se expandiu de forma a abranger economia internacional [...]. O desenvolvimento global sugere a necessidade de outra definição análoga e ampla de segurança nacional, que inclua questões referentes a recursos, meio ambiente e demografia.

No entanto, antes de passar para a análise de tais “definições amplas”, é importante observar como o conceito de segurança evoluiu e como as percepções de segurança mudaram de uma “agenda tradicional”, centrada no estado e baseada em abordagens realistas, para um cenário de questões “não tradicionais”.

Meu argumento se articula em duas partes. Na primeira parte, começo apresentando os fundamentos principais do realismo, liberalismo e construtivismo, que são, de forma geral, consideradas as mais importantes escolas teóricas na moderna área de Relações Internacionais. Muito embora essas abordagens possam apresentar sobreposições e pontos em comum, via de regra, são percebidas e

retratadas como perspectivas distintas, baseadas em diferentes pressupostos básicos. Em seguida, defendo a tese de que a análise daquilo que essas perspectivas têm a oferecer acerca do conceito de segurança tem o potencial de esclarecer a relevância e a contribuição de cada escola de pensamento à área de estudos de segurança e pode, ademais, servir como uma fonte de inspiração, muito necessária, para pesquisas empíricas e teóricas adicionais neste campo. Finalmente, avançando a partir dessa análise, a segunda parte deste artigo investiga mais a fundo as diferentes correntes de pensamento que, na minha avaliação, deveriam constituir o cerne do moderno campo de “estudos em segurança”.

Segurança - Abordagens realistas

Durante a maior parte da Guerra Fria, os estudos em segurança enfocavam basicamente as questões relativas ao controle, ameaça ou uso de força (NYE; LYNN-JONES, 1988). Consequentemente, o sistema internacional era inerentemente centrado no estado, uma vez que os estados eram não só os principais usuários de força, mas também os principais alvos do uso de força. O aclamado artigo de Arnold Wolfers, *National security as an ambiguous symbol* ('Segurança Nacional' como Símbolo Ambíguo) dá uma visão clara das diferentes definições de segurança durante a Guerra Fria. Segundo Wolfers (1952), segurança é um conceito crucial nas Relações Internacionais, mas também pode ser de natureza extremamente subjetiva.

Segurança nacional é sinônimo de interesse nacional, enfatizando que a política de segurança subordina quaisquer outros interesses àqueles da nação.

O paradigma tradicional de segurança se refere a um construto realista de segurança no qual o objeto de referência de segurança é o estado. A teoria da escola realista para as Relações Internacionais lida com questões macro, como assuntos políticos e militares, num contexto onde a segurança é a força motriz do sistema internacional. A segurança significa, portanto, segurança nacional. Qualquer outro objetivo é secundário. Segurança nacional é sinônimo de interesse nacional, enfatizando que a política de segurança subordina quaisquer outros interesses àqueles da nação (WOLFERS, 1952). Como consequência disso, a estabilidade tanto do sistema internacional quanto do nacional se baseia na premissa de que, se a segurança de estado for mantida, a segurança dos cidadãos acontecerá naturalmente. O pressuposto subjacente aqui é que a ordem política doméstica seria estável e fundamentalmente pacífica.

Hans Morgenthau apresentou os princípios essenciais do Realismo Clássico em seu renomado livro *Politics among Nations: the struggle for power and Peace* (Política Entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz), em que ele insiste na racionalidade dos estadistas e de suas ações em termos de interesses nacionais, definidos como busca pelo poder. Para

Morgenthau, segurança é um derivado do poder, visto que “partimos do princípio que os estadistas pensam e agem levando em consideração interesses definidos como poder, e há evidências históricas que sustentam essa premissa” (MORGENTHAU, 1993, p. 3), muito embora possa-se argumentar que tais evidências, na verdade, não a sustentam.

O Realismo conferiu à anarquia uma posição privilegiada para a explicação de relações internacionais. A anarquia deveria ser compreendida como a ausência de uma autoridade central que impusesse acordos ou impedisse o uso de força. É a natureza do sistema internacional que explica por que os estados agem da forma que agem, já que buscam a segurança num ambiente internacional anárquico. Segundo Christine Agius (2013, p.96),

Para os realistas, a anarquia produz um mundo de autoajuda. A ausência de um poder acima do estado significa que a ‘lógica’ da autoajuda provoca competição no sistema internacional, criando dilemas de segurança e problematizando as possibilidades de ação coletiva.

Nesse mundo essencialmente anárquico, caracterizado pela ausência de uma estabilidade hegemônica, o sistema internacional seria inerentemente suscetível à guerra hobbesiana de “todos contra todos” (RIPLEY, 1993). A abordagem Realista para lidar com a insegurança depende do poder individual do estado, que é uma característica que define o sistema internacional, e pode ser vista primordialmente como os recursos disponíveis ao estado para construir suas forças militares (GLASER, 2013). Os estados, como

atores únicos, eram considerados entidades racionais. Seus interesses e políticas nacionais eram guiados pelo desejo de poder absoluto. A segurança era vista então como seguro ou proteção contra invasões e baseava-se na existência de capacidades técnicas e militares. Segundo Mario Laborie Iglesias (2011, p.3),

A segurança nacional gira em torno do paradigma realista segundo o qual as políticas globais são sempre uma luta entre os Estados para alcançar o poder, sob uma situação de anarquia, onde competem por seus próprios interesses nacionais. Nesse contexto, os Estados dependem do poder militar para garantir tais interesses, neutralizando as ameaças que surgem das forças armadas de outros Estados. Assim, a soberania nacional e o equilíbrio de poderes, que são distribuídos entre os diversos Estados, estão indiscutivelmente associados ao que se entende por segurança.

Consequentemente, os estados vão depender de suas próprias capacidades para proteger sua segurança nacional, o que pode levar a mais insegurança, devido à competição por poder. Nesse paradigma, os estados avaliariam uns aos outros em termos de poder, recursos e capacidades, não em termos de qualquer variação que existe entre estados referente à ideologia, sistema político, cultura, etc. A segurança seria um valor objetivo. A esse respeito, Hans Brauch (2011, p.61) diz que, partindo-se de uma perspectiva realista, alcança-se a segurança objetiva quando os perigos oferecidos por múltiplos desafios, ameaças e vulnerabilidades são “evitados, prevenidos, controlados, mitigados e adaptados por indivíduos, grupos sociais, organizações estatais, regionais ou globais”.

A prevalência dessa abordagem teórica chegou ao auge durante o período da Guerra Fria. Na realidade, Jack Levy (1998, p. 146) argumenta que a tradição realista dominou o estudo da segurança e da Guerra desde Tucídides, e inclui “Maquiavélicos, Hobbesianos, teóricos do equilíbrio de poder clássico, neorealistas Waltzianos e teóricos da transição hegemônica”. Apesar de alguns teóricos da escola realista adotarem abordagens diferentes para explicar o sistema internacional e para fazer previsões, eles compartilhavam um núcleo comum de pressupostos básicos:

[os] atores principais da política mundial são os estados soberanos que agem racionalmente para desenvolver sua segurança, poder e riqueza num sistema internacional conflitante que não tem uma autoridade governamental legítima para gerenciar conflitos ou estabelecer acordos (LEVY, 1998, p. 146).

Durante a Guerra Fria, segurança tinha a ver essencialmente com estados, estratégias, poder militar e *status quo* (WILLIAMS, 2013). De uma perspectiva realista tradicional, a maioria das nações confiou sua segurança a um equilíbrio de poder entre estados por mais de quarenta anos. No entanto, Wolfers (1952) apresentou uma ideia totalmente diferente de segurança. Segundo Baldwin (1997), Wolfers (1952) alegava que os estados variavam muito no valor que atribuíam à sua segurança. Na verdade, Wolfers afirmava que alguns estados estariam insatisfeitos com o *status quo* a tal ponto que estariam mais interessados em obter novos valores que em assegurar os valores já existentes. Wolfers acre-

ditava que os estados estariam inclinados a perceber de maneira distinta seus supostos “valores adquiridos” e o grau de perigo que poderiam enfrentar; até que ponto eles buscariam proteger valores “centrais” e/ou “marginais”, e a maneira pela qual iriam garantir a segurança, que poderia variar de alianças a corrida armamentista, à neutralidade e ao pacifista não emprego da força.

Wolfers também sugere que segurança, ou segurança nacional, pode ser um conceito perigosamente ambíguo se usado sem especificação.

Um realista clássico, Wolfers contestou a noção de que segurança é um valor absoluto, como preconizado por pensadores tradicionais. Em seu ponto de vista, não vivemos num mundo binário, no qual temos segurança ou não. Podemos ter mais ou menos segurança. Segurança, como um valor negativo, pode ser subjetivo e, como um conceito das ciências sociais, tem um significado ambíguo e flexível (BRAUCH, 2011). Nas palavras de Wolfers (1952, p.484-485):

[S]egurança, sob um ponto de vista objetivo, mede a ausência de ameaças aos valores adquiridos e, sob um ponto de vista subjetivo, a ausência de medo que tais valores sejam atacados. No entanto, segurança e poder seriam sinônimos se a segurança pudesse ser alcançada apenas pelo acúmulo de poder, o que não é o caso. O medo do ataque-segurança do ponto de vista subjetivo não é proporcional à posição de poder relativo de uma nação. Afinal, a segurança nada mais é que a ausência do mal da insegurança, um valor negativo, por assim dizer.

Com tais palavras, Wolfers apresenta uma distinção entre as dimensões objetiva e subjetiva de segurança. Seu foco está nas “ameaças”, não no “poder”, e ameaças podem surgir não só da realidade empírica, como também de uma interpretação psicológica. Essa ideia inovadora pode ser considerada um entendimento “sócio-construtivista” inicial de segurança.

À medida em que o pensamento político liberal foi se desenvolvendo, a noção mais tradicional de segurança nacional passou a incluir aspectos não-militares.

Wolfers também sugere que segurança, ou segurança nacional, pode ser um conceito perigosamente ambíguo se usado sem especificação. A caracterização de segurança como “ausência de ameaças” parece encapsular a essência ou a ideia central da noção de segurança. A respeito disso, Williams (2013, p.1) trabalha com a definição de segurança que envolve a “mitigação de ameaças a valores estimados” Não obstante, ao analisar a definição de Wolfers, Baldwin (1997, p. 26) percebe que pode haver um certo grau de ambiguidade na expressão “ausência de ameaças”, tornando necessária a reformulação do conceito de segurança de Wolfers para “baixa probabilidade de dano a valor adquirido”. Assim, Baldwin argumenta que

A vantagem dessa reformulação pode ser ilustrada da seguinte maneira: Em resposta a ameaças de um ataque militar, os estados desenvolvem políticas de dissuasão. Tais políticas pretendem instaurar a segurança por meio da diminuição da

probabilidade de ocorrência de um ataque. Em resposta à ‘ameaça’ de terremotos, os estados adotam códigos de construção. Isso não afeta a probabilidade de haver terremotos, mas reduz a probabilidade de que haja danos a valores adquiridos. Assim, a reformulação enfoca a preservação de valores adquiridos e não a presença ou ausência de ‘ameaças’.

Tal reformulação da fraseologia de Wolfers pretende ampliar o significado geral de segurança, já que os conceitos tradicionais militarizados de segurança foram considerados muito limitados para descrever a realidade, visão compartilhada por Richard Ullman (2011). Baldwin (1997) argumenta que, com essa reformulação que evitaria a ambiguidade, a segurança poderia ser definida em duas especificações:

a) Segurança para quem? Isso significa quem é o objeto de referência, ou quem deveria se sentir seguro. Seria o indivíduo, e se assim fosse, seriam alguns ou a maioria deles? Ou seria o estado, o sistema internacional, e assim por diante?

b) Segurança para quais valores? Já que segurança não é um valor absoluto, ela precisa ser contrabalançada por outros valores fundamentais, como bem-estar econômico, liberdade, integridade territorial e conservação ambiental, por exemplo.

No entanto, Baldwin reconhece que, apesar de importantes na conceituação de segurança, essas especificações não são suficientes para dar um direcionamento mais preciso a essa busca. Assim, há a necessidade de outras especificações, como “quanta segurança”, segurança “relativas a quais ameaças”, “de que forma”, “com que custo”, e “em que período”.

Segurança - Abordagens Liberais

Muito embora a tradição liberal remonte ao Iluminismo, poder-se-ia argumentar que a escola Liberal de pensamento com suas abordagens distintas¹, se desenvolveu como uma reação à hegemonia do Realismo na área de teoria de RI e estudos em segurança. Os liberais aceitam o pressuposto de que estados operam num ambiente anárquico e comportam-se de acordo com interesses próprios, mas mantêm que a política internacional não precisa ser inerentemente conflituosa e violenta (KEOHANE, 1989). Os estados podem se apoiar na cooperação mútua para enfrentar questões globais. Os liberais identificam os estados-nações como os principais atores no sistema internacional, mas dão atenção considerável a outros atores, tais como organizações intergovernamentais (OIGs), organizações não-governamentais (ONGs), corporações transnacionais, grupos de interesse e outros. O comportamento do estado é determinado principalmente pelo poder dos atores domésticos, as preferências, decisões e a natureza do sistema político nacional, não pelo sistema internacional. Nesse contexto, a política externa consiste nas preferências nacionais projetadas para fora (MORGAN, 2013). Jack Levy (1998, p.145) resume algumas das ideias centrais do Liberalismo da seguinte forma:

Em contraste com o enfoque realista na luta pelo poder e pela segurança num

mundo Hobbesiano anárquico e conflitante, a tradição liberal vê uma sociedade internacional Grociana mais benigna, ou um estado natural Lockeano onde a anarquia não implica desordem. Os estados têm interesses comuns e também conflitantes, buscam maximizar o bem-estar econômico e também proporcionar segurança, e criar instituições internacionais que ajudem a controlar os conflitos e promover a cooperação.

À medida em que o pensamento político liberal foi se desenvolvendo, a noção mais tradicional de segurança nacional passou a incluir aspectos não-militares. Os estados continuam sendo o objeto de referência principal, mas outras dimensões e esferas passaram a ser levadas em consideração. E, acima de tudo, os indivíduos passaram a ser o centro de interesse. Segundo Paul Williams (2013, p. 4)

O realismo busca uma explicação para o comportamento de estado no sistema internacional, ao passo que o liberalismo vê o estado como a unidade de análise e dá mais importância ao poder e às preferências dos atores nacionais e à natureza de seus sistemas políticos. Já que o comportamento é um produto de circunstâncias domésticas para os liberais, os estados não são semelhantes, e isso significa que as relações internacionais são determinadas pelas escolhas que as pessoas fazem; o mundo pode operar de forma realista, mas para os liberais, isso não é uma máxima.

Williams sugere que os decisores políticos reconhecem que estados podem compartilhar valores comuns. Sendo assim, conseguem construir acordos que

¹ Segundo Eriksson e Giacomello (2006, p.229), o Liberalismo é, na verdade, uma perspectiva ampla que inclui, entre outros, "idealismo Wilsoniano e teorias neoliberais (MORAVCSIK, 1998, 1999; WALKER, 1993), teoria da paz democrática (RUSSETT E ANTHOLIS, 1993), teoria da interdependência (KEOHANE E NYE, 1977, 1989), teoria da segunda imagem (GOUREVITCH, 1978), teoria da política burocrática (ALLISON E ZELIKOV, 1999) e teorias de política doméstica (RISSE KAPPEN, 1995; SNYDER, 1991)".

os beneficiariam mutuamente, implementando, de forma gradual, medidas que estabeleceriam confiança e que gerariam um ambiente mais seguro. Portanto, embora reconhecendo que a cooperação pode ser difícil, o Liberalismo tende a ser uma abordagem mais otimista em sua essência, sustentando que uma segurança duradoura é uma possibilidade concreta.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Richard Ullman (2011, p. 11) já havia alertado sobre os riscos de definir segurança apenas em termos militares. Segundo Ullman,

[ela] expressa uma imagem totalmente falsa da realidade. Essa falsa imagem é duplamente enganosa e, por isso, duplamente perigosa. Primeiro, ela faz com que os estados se concentrem em ameaças militares e ignorem outros perigos talvez até piores, reduzindo assim a segurança total. E segundo, contribui para uma militarização invasiva nas relações internacionais que, a longo prazo, vai só reforçar a segurança global”.

O fim da Guerra Fria provocou o surgimento de uma nova noção de segurança. De fato, com o fim da Guerra Fria, o conceito de segurança foi ampliado, ou expandido, como defende Emma Rothschild (1995), para incluir ameaças que não são apenas de caráter militar. Rothschild compreende essa expansão de quatro formas distintas: primeiro, da segurança das nações para a segurança de grupos e indivíduos; segundo, da segurança das nações para a segurança do sistema internacional; terceiro, uma expansão horizontal, de aspectos militares para aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e humanos; e quarto, a

expansão da responsabilidade política de assegurar que haja segurança:

[...] fica difundida em todas as direções, a partir de estados nacionais, tanto para cima, alcançando instituições internacionais, quanto para baixo, nos governos regionais ou locais, e também para os lados, em organizações não-governamentais, a opinião pública e a imprensa, e atingindo as forças abstratas da natureza ou do mercado (ROTHSCHILD, 1995 p. 55).

As ideias de Rothschild coincidem com o trabalho inovador apresentado por Barry Buzan em *Peoples, States and Fear* (Povos, Estados e Medo) (1991). No início do período pós-Guerra Fria, Buzan contribuiu significativamente para o debate sobre segurança ao propor categorizações para a agenda de segurança em desenvolvimento. O trabalho de Buzan apresentou um texto seminal no desenvolvimento da abordagem de Estudos Críticos em Segurança, que desafiou os princípios básicos do Realismo. A noção de ameaça e vulnerabilidade é o centro das ideias de Buzan, já que os diferentes componentes do estado são vulneráveis a diferentes tipos de ameaças (BRAUCH, 2011). Essas ameaças, por sua vez, exigem que o analista compreenda as potenciais vulnerabilidades do estado.

Com base na premissa de que devemos pensar a segurança em termos holísticos, Buzan argumenta que segurança deveria envolver cinco dimensões independentes: segurança militar, política, econômica, ambiental e social. Em seu ponto de vista, cada uma dessas dimensões poderia ser usada para explicar/analisar uma série de diferentes objetos de referência de segu-

rança. Mais que isso, nenhuma dimensão deveria ser analisada de forma isolada. Apesar de sua contribuição ao debate, Buzan reconhece que a unidade padrão de segurança no sistema internacional é o estado. Outras coletividades também são importantes, mas os estados são as unidades dominantes. Por essa razão, a segurança nacional ainda é – e deve ser – a questão central da política internacional. Pode-se argumentar, no entanto, que a insistência de Buzan na centralidade do estado como objeto de referência pode significar que ele não rompeu completamente com o modelo explanatório Neorealista (MACSWEENEY, 2004).

Na verdade, as categorizações propostas por Buzan (1991) se tornaram praticamente um lugar-comum nas discussões sobre política internacional após o fim da Guerra Fria. Jessica Matthews (2011), por exemplo, incluiu degradação ambiental, escassez de recursos e crescimento populacional entre as novas ameaças à segurança que a humanidade teria que enfrentar no futuro. Brauch (2011, p. 63), por sua vez, argumenta que:

O conceito de ameaça como base para o planejamento militar e para legitimação de programas militares – pelo menos entre os países da OTAN – mudou muito depois de 1990. Com a ampliação do conceito de segurança da tradicional segurança militar e diplomática para suas novas dimensões econômicas, sociais e ambientais, o conceito de ameaça também se expandiu para se aplicar a uma série de novas ameaças não só ao 'estado' como também a outras referências dos novos conceitos de segurança, englobando desde segurança de seres humanos a segurança global.

Segundo Rothschild (1995), o surgimento dessa nova preocupação política com ideias antigas refletiu novos interesses políticos. O princípio subjacente era que seria necessário repensar o real significado do termo segurança, tornando os indivíduos e/ou grupos sociais prioridades tanto no âmbito interno quanto internacional. Seria necessário formular um discurso alternativo, no qual esses atores seriam o centro das atenções.

No entanto, sob um ponto de vista mais conceitual, Ullman (2011, p.13) apresenta uma ideia mais subjetiva de segurança. Para ele – e minha tendência é concordar – segurança não é um objetivo a ser perseguido a todo custo, mas uma consequência de medidas adotadas para reduzir possíveis ameaças e vulnerabilidades. Nesse contexto, segurança teria o mesmo significado que sua antiga versão latina, *securitas*, “que se refere à tranquilidade e despreocupação” (LIOTTA & OWEN, 2006). Assim, segurança é uma condição e, como não é um valor absoluto, a percepção de segurança depende de como a comparamos com outros valores, como a liberdade.

Consequentemente, segurança poderia ser definida e valorada apenas em relação às ameaças que a desafiam. Sobre este ponto, Ullman (2011, p.13) propõe uma definição alternativa de ameaça à segurança nacional, argumentando que é

[...] uma ação ou sequência de eventos que (1) ameaça radicalmente e num exíguo período de tempo degradar a qualidade de vida dos habitantes de um estado, ou (2) ameaça reduzir drasticamente a gama de escolhas políticas

disponíveis para o governo do estado ou para entidades privadas, não governamentais (indivíduos, grupos, corporações) dentro do estado.

Certamente, é importante considerar fatores objetivos na percepção de segurança. No entanto, apesar de serem condições necessárias, não são suficientes. Isso se dá porque fatores subjetivos obviamente influenciam as percepções de segurança.

A questão aqui é como avaliar a vulnerabilidade. Ullman sugere que há uma relação negativa entre segurança e vulnerabilidade, apesar de reconhecer que não é fácil mensurar em nível estadual. A segurança aumenta à medida em que a vulnerabilidade diminui e vice-versa. Como pessoas diferentes num mesmo local podem avaliar os riscos de forma diversa e podem se sentir ameaçadas por um evento perturbador de maneiras diferentes, é necessário saber que recursos uma determinada comunidade destinaria para a preservação de sua segurança. Em outras palavras, que sacrifícios essa comunidade estaria disposta a fazer para preservar seus valores mais intrínsecos. Bem, trata-se de uma questão de percepções e equilíbrio. Nesse contexto, Ullman (2011, p. 13) argumenta que o equilíbrio entre liberdade e segurança é da maior importância, já que “indivíduos e grupos buscam segurança contra o estado, ao mesmo tempo em que esperam que o estado os proteja de danos

de outros estados”. Na visão de Ullman, direitos humanos e segurança de estado estão assim diretamente ligados.

Nesse sentido, Baldwin (1997, p. 18) sustenta que a segurança, assim como qualquer outro valor, parece ser objeto da lei de utilidade decrescente, já que “quanto mais segurança se tem, menos valor se dá ao aumento da segurança”. Segundo Baldwin (1997, p. 19), num ponto de vista muito semelhante ao apresentado por Ullman, a importância relativa da segurança só pode ser avaliada por uma *abordagem de valor marginal*, que significa questionar até que ponto a segurança seria negociada em relação a outros valores de forma a mobilizar recursos políticos:

A abordagem de valor marginal é a única que soluciona o problema de alocação de recursos. Essa abordagem [...] se origina no pressuposto de que a lei de utilidade decrescente se aplica à segurança da mesma forma que se aplica a outros valores. [...] segurança é apenas um dos muitos objetivos de políticas que competem por recursos escassos e está sujeita à lei do retorno decrescente. Assim, o valor do aumento da segurança nacional para um país vai variar de um país para o outro e de um contexto histórico para outro, o que vai depender não do grau de segurança necessário, mas do grau de segurança que o país já tem.

Segurança - Abordagens Construtivas

Oriunda da Escola de Estudos Críticos sobre Segurança, a abordagem Sócio Construtivista surgiu em 1989 e vem se expandindo de forma sistemática de tal forma que pode ora ser considerada uma terceira explicação para o porquê dos es-

tados se comportarem da maneira como se comportam. Segundo Eriksson e Giacomello (2006, p. 232-233), o grande avanço do Construtivismo “veio em parte de seu ataque ao racionalismo meta-teórico que é comum tanto ao realismo quanto ao liberalismo e em parte do fato de que ele forneceu interpretações substantivas daqueles processos e fatores minimizados por essas teorias.”

O sócio construtivismo também considera segurança um valor inerentemente subjetivo ou, mais especificamente, um valor intersubjetivo. Ao avaliar segurança, dá mais atenção a fatores ideacionais que a fatores materiais. Sob uma perspectiva construtivista, então, segurança só seria alcançada se “a percepção e temores relacionados a ameaças, desafios, vulnerabilidades e riscos à segurança fossem dissipados e superados” (BRAUCH, 2011, p. 61). Certamente, é importante considerar fatores objetivos na percepção de segurança. No entanto, apesar de serem condições necessárias, não são suficientes. Isso se dá porque fatores subjetivos obviamente influenciam as percepções de segurança. Conseqüentemente, a *percepção* de ameaças, riscos e perigos à segurança vai depender das crenças, cultura, tradições, interesses e visão do mundo do analista. O significado de segurança seria um construto social. Paraphrasing Alexander Wendt (1992), segurança é o que entendemos que ela seja.

Essa abordagem afirma que a ideia de segurança apresenta uma dimensão *relacional*, pois as identidades são cons-

truídas a partir de interações. Assim, a abordagem em questão envolve chegar a um determinado grau de confiança sobre nossos relacionamentos com outros atores. Essa confiança pode advir do compartilhar de certos interesses, preferências, valores, crenças e compromissos com outros atores. Em contrapartida, haveria um grau mais elevado de tranquilidade e previsibilidade.

Essa “dimensão relacional” significa que “identidades fazem diferença”, o que é um dos pressupostos centrais do Construtivismo, assim como a intersubjetividade. Segundo Christine Agius (2013, p. 88),

A segunda afirmação ontológica do construtivismo é que identidades fazem diferença. Identidades criam os interesses nos atores, e esses interesses nos dizem algo sobre como os atores agem/se comportam e que objetivos perseguem. De forma bem clara, os atores não agem sem uma identidade. [...]. Assim, a identidade é crucial para os construtivistas, como Alexander Wendt afirma: ‘Uma arma nas mãos de um amigo é diferente de uma arma nas mãos de um inimigo, e a inimizade é uma relação social, não material’.

Sendo assim, os tomadores de decisão norte-americanos acham que o fato de o Iran possuir armas nucleares seria uma fonte de considerável insegurança, mas não têm o mesmo receio em relação aos arsenais nucleares da Índia ou de Israel. Conseqüentemente, na segunda filosofia, segurança verdadeira ou estável não provém da habilidade de exercer poder sobre outros. Ao contrário, ela advém da cooperação para conseguir segurança sem que outros tenham de ser privados dela.

Amitav Acharya (2011), como muitos outros que seguem a linha de Estudos Críticos em Segurança, também apre-

senta argumentos convincentes no que se refere à necessidade de redefinir e ampliar o conceito de “segurança”. Ele acredita que o “entendimento dominante” de segurança, em sua visão de Realismo, ofereceu uma estrutura conceitual tacanha, limitada, excludente e tendenciosa durante a Guerra Fria. Acharya argumenta que a experiência de segurança do Terceiro Mundo foi extremamente marginalizada pelos principais pensadores, que adotaram uma visão do conflito eurocêntrica, apesar de a maioria dos conflitos ter acontecido nos países do Terceiro Mundo. O resultado foi que os Estudos em Segurança não dão atenção suficiente ao conflito intra-estadual e a fontes de conflito não militares:

[...] o problema da segurança nos estados do Terceiro Mundo desafia vários elementos chave do paradigma de segurança nacional, principalmente o universo centrado no estado e centrado na Guerra, já que seus problemas de insegurança e seu relacionamento com questões maiores de ordem internacional são muito diferentes do previsto dentro do escopo da noção dominante (ACHARYA, 2011, p.52-53).

Acharya também reforça a necessidade de entender que muito do conflito nos países do Terceiro Mundo tem origem em condições regionais locais, não em transformações no sistema internacional. Além disso, outra forma importante pela qual o emergente Terceiro Mundo desafiaria o ‘entendimento dominante’ de segurança se refere ao papel dos fenômenos não militares. Em sua análise, “a escassez de recursos, a superpopulação, o subdesenvolvimento, e a degradação ambiental estão no cerne da insegurança

no Terceiro Mundo” (ACHARYA, 2011, p. 54). Essa visão mais abrangente tornou obsoletas as ferramentas conceituais e a metodologia usadas pelo entendimento dominante de segurança. Portanto, a consequência lógica é que é preciso repensar muito do Realismo Estrutural.

Como era de se esperar, os defensores do Realismo reagiram contra essas “novas” linhas de pensamento. Neorealistas como John Mearsheimer e Stephen Walt parecem acreditar firmemente que abordagens alternativas não foram capazes nem de fornecer uma estrutura clara que explique a análise de segurança e nem de demonstrar seu valor em pesquisas concretas (SMITH, 1999). E vão mais longe argumentando que a adoção de tais abordagens alternativas é equivocada do ponto de vista analítico e irresponsável do ponto de vista político (KRAUSE & WILLIAMS, 1996). Por isso Walt (1992, p. 211) coerentemente define estudos em segurança como

[...] o estudo da ameaça, uso e controle das forças militares [isto é] as condições que tornam o uso da força mais provável, a maneira como o uso da força afeta os indivíduos, estados e sociedades e as políticas específicas que os estados adotam para se preparar, prevenir, ou entrar em guerra.

De todo modo, todas essas abordagens e muitas outras que não foram incluídas aqui oferecem perspectivas diferentes sobre a natureza do sistema internacional, sobre a natureza dos relacionamentos entre estados e sobre a natureza do poder. Como têm diferentes objetos de referência, apresentam modos distintos

de definir e atingir a segurança. No entanto, todas elas parecem concordar que segurança é um assunto para altos escalões políticos; é essencial aos debates governamentais e fundamental para as prioridades que estabelecem. Como diria Buzan (1991, p. 22), “a segurança é, primeiramente, sobre o destino das coletividades humanas”.

Embora seja considerado um ramo ou subdisciplina das Relações Internacionais, o estudo da segurança é o cerne das Relações Internacionais.

Atualmente, parece haver um consenso maior acerca de que segurança tem a ver com ameaças. No entanto, a aparente simplicidade da ideia esconde sua alta complexidade. Não parece ser possível compreender o significado de segurança sem considerar suas múltiplas dimensões. Embora seja verdade que a maioria das abordagens teóricas sobre segurança enfatizem o papel do estado, também não é menos verdadeira a noção de que segurança só faz sentido se ajudar a criar sociedades mais sustentáveis, desenvolvidas, justas e livres, apesar do fato de que esses ainda não possam ser considerados valores universais. Como disse o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, em 1995, “não haverá desenvolvimento sem segurança e não haverá segurança sem desenvolvimento”.

Após analisar o que o Realismo, Liberalismo e Construtivismo têm a oferecer a respeito do conceito de segurança, eu

agora me volto para o exame do debate acerca da natureza da área de Estudos em Segurança. Embora seja considerado um ramo ou subdisciplina das Relações Internacionais, o estudo da segurança é o cerne das Relações Internacionais. Devido a seu dinamismo e importância para a política internacional, tempo e esforço intelectual vêm sendo dedicados à área de estudos em segurança, especialmente após o fim da Guerra Fria.

Já que existem formas tão variadas de entender e explicar segurança, a consequência lógica é que haja diversas perspectivas e abordagens possíveis quando se trata de estudos em segurança. Nesse contexto, várias tentativas foram feitas para ampliar e aprofundar o âmbito da área para além de seu enfoque tradicional, a saber, estados e conflitos militares. Esses debates a respeito da natureza e significado da segurança e o futuro dos estudos em segurança levantaram questões práticas e teóricas fundamentais.

A resposta para a pergunta “o que são estudos em segurança” parece depender da perspectiva que se adota. O conceito de segurança, bem como o que deve ser considerado “estudos em segurança”, depende do objeto referente, da coisa a ser resguardada (COLLINS, 2013, p. 2). Tradicionalmente, os estudos em segurança dedicavam-se basicamente ao estudo da guerra, suas causas, consequências e como evitá-la. Estudar segurança significava em essência conceituar ameaças em termos de ameaças militares à integridade de um dado território ou à independência de suas ins-

tuições políticas. Steve Smith (1993, p. 3) resume o pensamento reinante no paradigma Realista:

[...] ensinaram-me *estudos estratégicos* na universidade, e aceitei os pressupostos dominantes da época, a saber, que estudos estratégicos tratavam de relações militares entre estados; dentro desse contexto, as questões nucleares predominavam, refletindo tanto um etnocentrismo inconsciente como um medo real das consequências que haveria para a humanidade se a 'estabilidade' nuclear caísse por terra.

Embora aspectos militares de segurança ainda sejam - e continuarão a ser – um dos assuntos mais importantes dessa subdisciplina, o conceito de segurança vem sendo consistentemente questionado, ampliado e aprofundado.

Isso era, ao mesmo tempo, o ponto forte e o ponto fraco da subdisciplina. Segurança e Estudos em Segurança eram então conceitos muito mais fáceis de entender e conceitos com os quais era mais fácil lidar, já que as sociedades, o sistema internacional e o mundo eram possivelmente mais simples. Consequentemente, os estudos em segurança tinham de proporcionar um arcabouço teórico muito mais restrito para explicar e entender “segurança”. Como afirma Smith, “era um mundo de parâmetros claros e fatos estabelecidos” (SMITH, 1999, p. 3). Isso não significa dizer que dedicava-se pouco empenho intelectual aos debates sobre segurança, muito pelo contrário. Entretanto, naquele con-

texto, a maioria dos acadêmicos dentro do paradigma de segurança tradicional entendia o mundo como contendo um conjunto rígido de determinados atores, estruturas e processos e, portanto, tais acadêmicos não teriam como levar em consideração muitas outras dimensões e fontes de ameaça e insegurança.

A percepção não parece ser a mesma nos dias de hoje. À medida que a humanidade avança, os paradigmas mudam. Embora aspectos militares de segurança ainda sejam - e continuarão a ser – um dos assuntos mais importantes dessa subdisciplina, o conceito de segurança vem sendo consistentemente questionado, ampliado e aprofundado. David Mutimer (2013, p. 69) argumenta que “uma vez que se questiona o objeto referente da segurança, deve-se questionar também a *natureza* e o *âmbito* da segurança e, por via de consequência, dos estudos em segurança”. Acredito que povos, sociedades e estados não estejam – e não possam estar – preocupados apenas com a proteção de seu território contra as ameaças militares ou com a expansão de seu território para assegurar mais benefícios econômicos ou mais segurança. Esses atores estão também interessados na preservação de valores que lhe são caros, seu meio-ambiente, seu estilo de vida e sua identidade. É por isso que, dependendo da abordagem adotada, a área de Estudos em Segurança pode cobrir questões tão díspares como a relação entre seres humanos e o meio-ambiente, atividades criminosas transnacionais, terrorismo, comércio internacional, pobreza e desenvolvimento,

armas de pequeno porte, armas leves, armas de destruição em massa, dentre muitas outras.

Obviamente, nem todos partilham da ideia de que todas essas questões devam ser consideradas parte do currículo de Estudos em Segurança. Amitav Acharya (2011, p. 54) admite esse fato e defende que, mesmo nos dias de hoje, “o entendimento dominante a respeito de segurança resiste à inclusão de fenômenos não militares na pauta dos Estudos em Segurança”. Stephen Walt (1992), por exemplo, é um que se contrapõe a tal inclusão. Ele argumenta que as tentativas de expandir o conceito de segurança de modo a abarcar assuntos não militares poderiam expandir de tal forma essa área de estudos a ponto de fazer com que ela acabasse por perder coerência intelectual. Isso seria contraprodutivo em essência, já que o resultado de tal expansão poderia vir a obstruir tentativas de lidar com essas questões relativas à elaboração de políticas bem como assuntos mais tradicionais acerca de segurança militar. Daniel Deudney (1990, p. 465) já expressara as mesmas preocupações ao argumentar que

Se começarmos a nos referir a todas as forças e eventos que constituem ameaça à vida, propriedade e bem estar (em larga escala) como ameaças à nossa segurança nacional, em breve esvaziaremos o termo de todo e qualquer significado. Todos os males em larga escala tornar-se-ão ameaças à segurança nacional.

Trata-se de uma preocupação legítima. O debate acerca da natureza da segurança e acerca do que deve ser coberto por Estudos em Segurança suscita ques-

tões que vão muito além da definição meramente semântica da palavra “segurança”. É razoável argumentar que “se diferentes definições se consolidarem entre as diferentes abordagens existentes na área, há o risco de que Estudos em Segurança deixe de ser uma disciplina efetiva” (Finel, 1998, p.4). Os defensores dessa perspectiva argumentam, com certa razão, que a expansão do âmbito dos estudos em segurança que passe a abranger um espectro novo e diverso de ameaças e perigos pode obscurecer a distinção entre Estudos em Segurança e Relações Internacionais.

De qualquer forma, nesse contexto, os argumentos de Walt e Deudney são exemplos claros de que o debate principal é agora sobre o que vem a ser uma questão de segurança. Krause & Williams (1996, p. 232) sugerem que na verdade o debate sobre o “novo pensamento acerca de segurança” gira basicamente em torno de dois eixos. O primeiro eixo consiste em tentativas de ampliar a concepção neorrealista de segurança de forma a incluir um espectro maior de ameaças potenciais, que vão de questões relativas à pobreza e desenvolvimento a questões afeitas ao meio ambiente e comércio internacional. O outro eixo continua adotando uma perspectiva em cujo centro estão os estados, mas faz uso de um conjunto de diversos termos, muitas vezes, sinônimos, como “coletivo”, “cooperador”, “abrangente” e “comum” na qualidade de elementos modificadores do termo segurança para “defender diferentes formas multilaterais de cooperação na área de segurança en-

tre estados que possam aperfeiçoar, se não transcender, o dilema da segurança”. Na visão desses:

O que une esses esforços é a convicção de que o enfoque neorrealista de salvar o estado contra as ameaças militares que procedem de algum lugar para além das próprias fronteiras não é mais adequado (se é que o foi em algum momento) como forma de entender o que (ou quem) deve ser protegido, de que ameaças, e de que maneira. Os alvos teóricos sendo debatidos são as conceituações de segurança (segurança de estado) e ameaças (força militar) e o pressuposto da anarquia (o dilema da segurança) que caracterizaram a academia neorrealista na área de Estudos em Segurança (KRAUSE & WILLIAMS, 1996, p.232).

David Baldwin (1995), por outro lado, acredita que os Estudos em Segurança são uma área acadêmica que necessita de “esclarecimentos” se quiser ser relevante para a explicação e compreensão da nova ordem mundial. É também importante considerarmos “por um lado, como fazer a distinção entre Estudos em Segurança e várias subáreas e, por outro, como fazer a distinção entre Estudos em Segurança e Relações Internacionais” (BALDWIN, 1995, p. 133). Segundo Baldwin, é possível classificar as propostas relativas ao estudo de segurança em três grupos, dependendo do nível de reforma que se defenda.

O primeiro grupo engloba os chamados “tradicionalistas”, aqueles que realmente acreditam que não há nenhuma necessidade de reforma, já que as questões militares continuam sendo o principal aspecto da política internacional. Segundo Erikson & Giacomello (2006, p. 227),

[os] tradicionalistas [...] sustentam que, apesar do surgimento da insurgência étnica e religiosa, terrorismo global, crimes transnacionais, e aquecimento global, não há necessidade de expandir a definição de segurança. Supostamente em nome da clareza conceitual e parcimônia teórica (Ayoob, 1997; Goldmann, 1999), e, possivelmente por conta de suas prioridades ideológicas subjacentes, os tradicionalistas continuam a abordar segurança do ponto de vista do estado-nação e da guerra entre estados.

O segundo grupo diz respeito àqueles que defendem que não é necessária uma reorganização fundamental da área para que haja uma ampliação e aprofundamento do conceito. Pelo contrário, o que é necessário é uma reforma pequena e “modesta” da área, que deveria ter sido feita mesmo se a Guerra Fria não houvesse terminado.

Finalmente, o terceiro grupo comporta uma mistura de liberais, construtivistas e teóricos críticos, que são comumente conhecidos como “Alargadores”, em uma contraposição aos tradicionalistas. Esses “alargadores” propõem uma reforma radical da área, uma expansão do enfoque de Estudos de Segurança para além do domínio de assuntos militares para que englobe ameaças à sobrevivência nacional oriundas de questões ambientais, econômicas, criminosas, entre outras. Como era de se esperar, eles também incorporam outros atores além do estado em suas análises, especialmente, organizações terroristas, organizações internacionais, empresas privadas, movimentos sociais, organizações não governamentais e indivíduos. Baldwin (1995, p. 132-135) argumenta que aqueles que

advogam a reintegração da área ao estudo de elaboração de políticas internacionais e política internacional também se incluem neste terceiro grupo. Portanto, a resposta à pergunta sobre qual dos grupos é mais preciso em sua proposta depende da visão de mundo de cada um, de sua formação acadêmica, filiação ideológica, dentre outros tantos fatores.

Conclusão

Há diversas formas de refletir sobre segurança e, portanto, sobre estudos em segurança. Com base em tudo que foi apresentado neste ensaio, fica claro que o debate sobre o que é a área de “Estudos em Segurança” e o que ela deve englobar está em curso e longe do fim. Entretanto, é possível chegarmos a algumas conclusões. A primeira é que os aspectos militares da segurança são e continuarão a ser o cerne dessa área. Mas não são e não devem ser o único interesse de povos, sociedades e estados por diversas razões. A percepção de uma ameaça militar envolve a existência de valores e vulnerabilidades que são oriundas de questões econômicas, políticas, ideológicas, separatistas, ambientais e nacionalistas, por exemplo. Já que essas dimensões podem representar “fraquezas” potenciais, não devem ser analisadas sem a consideração de aspectos militares. Em segundo lugar, a lei da utilidade marginal decrescente nos diz que também é importante analisar os elementos de compensação entre a segurança militar e demais objetivos da política pública, uma vez que a segurança militar envolve custos econômicos, sociais e políticos.

[...] a segurança dos estados e pessoas está agora mais ameaçada por problemas internos do que por ameaças militares externas.

Essas duas razões estão intimamente ligadas. Michael Sheehan argumenta que o poderio militar só pode ser adquirido por meio de um enorme esforço em termos de comprometimento de efetivo e recursos econômicos. Segundo Sheehan (2013, p. 158), a busca por segurança militar requer que os estados façam sacrifícios em termos de recursos que poderiam ser investidos em outros objetivos sociais, ou até em outros objetivos relativos à segurança:

[...] uma questão que se sobrepõe a outras questões relativas a segurança econômica é a pergunta, nem tanto acerca de quanta capacidade militar um estado precisa para se proteger, mas qual é a capacidade com que ele pode arcar?

Em terceiro lugar, temos de considerar que desde 1991 a forma dominante de guerra tem sido a que ocorre dentro de um estado e não a guerra envolvendo estados. Isso significa que a segurança dos estados e pessoas está agora mais ameaçada por problemas internos do que por ameaças militares externas. Rummel (1994), por exemplo, estima que, no século XX, cerca de quarenta milhões de civis foram mortos em guerras envolvendo estados ao passo que um número seis vezes maior de pessoas foi morto por seus próprios governos. Em geral, as raízes desses problemas podem ser en-

contradas em fatores diversos como estruturas de estado fracas, subdesenvolvimento, pobreza, desigualdade de renda, degradação ambiental, escassez de recursos, ausência de uma estrutura constitucional estável, ausência de democracia e participação política, fragmentação étnica, intolerância religiosa, terrorismo e, segundo Acharya (2011, p. 54), “insuficiência de capacidade institucional, humana e material para lidar com tais problemas”. Todas essas raízes se constituem, basicamente, em ameaças não militares e são consideradas prioridades da maior importância para os governos que enfrentam essas fontes de conflito.

Por via de consequência, talvez tenha chegado o momento de pensar sobre Estudos em Segurança não como uma subárea das Relações Internacionais, mas como um campo de pesquisa autônomo. Como Williams (2013) acertadamente ressalta, apesar da importância que possuem, os estados não são os únicos atores importantes no sistema internacional nem são os únicos objetos referentes para a segurança. Além disso, as rela-

ções internacionais representam apenas um aspecto de da dinâmica de segurança que caracteriza a política mundial contemporânea. Está se tornando cada vez mais evidente que as questões contemporâneas relativas à segurança requerem análise e soluções que a área de Relações Internacionais não está apta a fornecer por si só.

Finalmente, é preciso dizer que a expansão do conceito de segurança e a disposição de aceitar a diversidade podem parecer um posicionamento arriscado e confuso, mas é um posicionamento necessário, gratificante e revigorante. Uma vez que o enfoque de aspectos militares da segurança proporciona uma estrutura intelectual e teórica tão limitada para retratar a realidade do sistema internacional, um trabalho interdisciplinar certamente valerá todos os riscos envolvidos se permitir que os especialistas passem a explicar uma grande gama de fenômenos políticos relevantes para os Estudos em Segurança, Relações Internacionais e Política Externa, que são/foram muitas vezes injustamente negligenciados.

Referências

ACHARYA, Amitav. The Third World and Security Studies. In: HUGHES, Christopher; LAI, Yew Ming (Es.). *Security Studies: A Reader*. New York: Routledge, 2011. p. 52-63.

AGIUS, Christine. Social Constructivism. In: COLLINS, Alan (Ed.). *Contemporary Security Studies*. 3. ed. London: Oxford University Press, 2013. p. 96.

ANNAN, Kofi. *Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All*. Report of the Secretary-General, 2005. Disponível em: < <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/A.59.2005.Add.3.pdf> >.

BALDWIN, David A. The Concept of Security. *Review of International Studies*, n. 23, p. 5-26, 1997.

O que é segurança?

- BALDWIN, DAVID A. Security Studies and the End of the Cold War. *World Politics*, Cambridge, v. 48, n. 1, out.1995, p. 117-141.
- BRAUCH, Hans G. Concepts of Security Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks. In: BRAUCH, H.G et al. (Eds.). *Coping with Global Environment Change, Disasters and Security*. Berlin: Springer, 2011.
- BUZAN, Barry. *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies em the Post-Cold War Era*. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- COLLINS, Alan. *Contemporary Security Studies*. 3. ed. London: Oxford University Press, 2013.
- DEUDNEY, Daniel. The Case against Linking Environmental Degradation and National Security. *Millennium*, v.19, n.3, p. 465, 1990.
- FINEL, Bernard. What is Security? Why the Debate Matters. *National Security Studies Quarterly*, v.4, n 4, p. 4, mar. 1998.
- ERIKSSON, Johan; GIACOMELLO, Giampiero. The information revolution, security, and International Relations: (IR) relevant theory? *International Political Science Review*, v. 27, n.3, p. 221-224, 2006.
- GLASER, Charles L. Realism. In: COLLINS, Alan (Ed.). *Contemporary Security Studies*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2013. p.13-27.
- IGLESIAS, Mario L. *The Evolution of the Concept of Security*. Madri: Spanish Institute of Strategic Studies/Ministry of Defense, 2011. p. 3.
- HUGHES Christopher W.; MENG, Lai Yew (Eds.). *Security Studies: A Reader*. New York: Routledge, 2011.
- KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods. *Mershon International Studies Review*, v. 40, n. 2, p. 229-254, 1996.
- KEHOANE, Robert. *International Institutions and State Power*. Boulder: Westview Press, 1989.
- LEVY, Jack. The Causes of War and the Conditions of Peace. *Annual Review of Political Science*, v. 1, p. 139-165, 1998.
- LIOTTA, P.H; OWEN, Taylor. Why Human Security? *The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations*, Seton Hall University, set./dez. 2006.
- MATTHEWS, Jessica Tuchman. Redefining Security. In: HUGHES, Christopher; LAI, Yew Ming (Eds.). *Security Studies: A Reader*. New York: Routledge, 2011. p. 64.
- McSWEENEY, Bill. *Security, Identity and Interests: a Sociology of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MORGAN, Patrick. Liberalism. In: COLLINS, Alan (Ed.), *Contemporary Security Studies*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2013. p. 28-41.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Brief Edition revised by Kenneth W. Thompson. New York: McGraw-Hill, 1993. p. 3.
- MUTIMER, David. Critical Studies: A Schismatic History. In: COLLINS, Alan (Ed.). *Contemporary Security Studies*. 3. ed. London: Oxford University Press, 2013. p. 69.
- NYE, Joseph S.; LYNN-JONES, Sean. International Security Studies: a report of a Conference on the State of the Field. *International Security*, v. 12, n. 4, p. 5-27, spring 1988.

- RIPLEY, Brian. Psychology, Foreign Policy and International Relations Theory. *Political Psychology*, v. 14, n. 3, p. 403-416, sept. 1993.
- ROTHSCHILD, Emma. What is Security? *Daedalus*, v. 124, n. 3, The Quest for World Order, p. 53-98, summer 1995.
- RUMMEL, Rudolph J. *Death by Government*. London: Transaction Press, 1994.
- SHEEHAN, Michael. Military Security. In: COLLINS, Alan (Ed.). *Contemporary Security Studies*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2013. p. 147-160.
- SMITH, Steve. The Increasing Insecurity of Security Studies: Conceptualizing Security in the Last Twenty Years. *Contemporary Security Policy*, v. 20, n 3, p. 72-101, 1999.
- ULLMAN, Richard. Redefining Security. In: HUGHES, Christopher; LAI, Yew Ming (Eds.). *Security Studies: A Reader*. New York: Routledge, 2011. p. 11-17.
- WALT, Stephen. The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, v. 36, n. 4, p. 211-239, dec.1992.
- WENDT, Alexander. Anarchy is What States Make of it: the Social Construction of Power Politics. *International Organization*, v. 46, n. 2, spring 1992.
- WILLIAMS, Paul (Ed.). *Security Studies: An Introduction*. 2. ed. New York, Routledge, 2013.
- WOLFERS, Arnold. National Security as an Ambiguous Symbol. *Political Science Quarterly*, v. 67, n. 4, dec.1952.